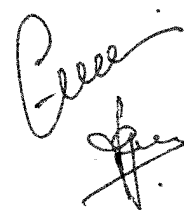


REQUERIMENTO



Assunto: AQUÁRIO VIRTUAL DO MONTE DA GUIA PARA QUANDO?

Considerando que a 4 de Julho de 2007, durante a cerimónia de lançamento da primeira pedra do Aquário Virtual no Monte da Guia, o então presidente do Executivo açoriano anunciou, com pompa e circunstância, o grande projecto que o Governo pretendia implementar na Baía de Porto Pim na cidade da Horta que, para além de um aquário virtual, incluía também um aquário de água salgada.

Considerando que naquela data o presidente do Governo informou que de imediato ia decorrer a primeira fase dessa intervenção, "orçada em 376 mil euros e com um prazo de execução de 180 dias", que consistia na recuperação da antiga Fábrica da Baleia para instalação de um aquário virtual, "onde será possível visualizar imagens das fontes hidrotermais e do mundo dos grandes pelágicos dos Açores" e que o aquário de água salgada só iria avançar na próxima legislatura (2008 - 2012).

Considerando que em Fevereiro de 2008 a então Secretária Regional do Ambiente durante uma visita à primeira fase das obras, anunciou que o aquário virtual seria inaugurado no Verão de 2008, conforme notícia que o GaCS intitulou assim: "primeiro aquário virtual dos Açores abre no Faial no Verão".

Considerando que a verdade é que passados quase cinco anos do anúncio da inauguração, o aquário virtual ainda não abriu as suas portas ao público.

Considerando que em Maio de 2009 o então Secretário do Ambiente confirmou que a recuperação do edifício estava concluída, faltando conceber

os conteúdos e adquirir a tecnologia que vai encher o espaço e revelou que existiam “problemas decorrentes da indisponibilidade tecnológica de algumas soluções, as quais se apresentam ora muito caras, ora impraticáveis no espaço em causa”.

Considerando que, entretanto, foi publicado o concurso público internacional nº3/2009/DRA para “aquisição de identidade visual e página de internet para o aquário virtual e exibição multimédia e respetiva execução”, ao qual concorreram três empresas.

Considerando que através do Despacho nº10/2011, de 4 de janeiro de 2011, o Governo decidiu não adjudicar o concurso público internacional para a aquisição da identidade visual e exibição multimédia que seria um dos elementos centrais no funcionamento do prometido Aquário Virtual.

Considerando que as razões para não adjudicar este concurso nunca foram devidamente esclarecidas pois o Governo envolveu-se em justificações várias e contraditórias:

a) no referido despacho foi invocada como justificação a “significativa e progressiva degradação da conjuntura económica e financeira de Portugal”;

b) mas em declarações públicas, o então Secretário Regional do Ambiente justificou a decisão com o argumento inacreditável de que “o melhor candidato, por razões processuais e burocráticas, tinha sido eliminado do concurso”;

c) o então Diretor Regional do Ambiente acrescentou ainda mais uma razão invocando que as propostas apresentadas “eram muito caras, ultrapassando um milhão de euros”.

Considerando que nesta sequência e passado todo este tempo e gasto muito dinheiro público, o então Secretário Regional do Ambiente decidiu seguir "outros caminhos" e alterar significativamente o projeto e os objetivos iniciais daquele investimento, concluindo que o "Aquário do Porto Pim unicamente virtual não seria o caminho mais adequado a seguir", pois, no seu entendimento, seria "um investimento gigantesco em tecnologia com resultados que não eram seguros".

Considerando que toda a indefinição e os ziguezagues que envolveram e continuam a envolver este investimento, exigem um cabal esclarecimento, onde fiquem claras as diferenças entre aquilo que foi prometido aos Faialenses e aquilo que efetivamente está a ser concretizado.

Considerando ainda que a transparência exige que se conheça com verdade e detalhe não só os valores já gastos naquela obra, como saber quando termina e afinal quais os fins que vão dados às infraestruturas ali existentes.

Assim ao abrigo das disposições estatutárias e regimentais aplicáveis, os deputados signatários solicitam ao Governo Regional dos Açores, os seguintes esclarecimentos:

1 - Que projeto está a ser implementado no edifício recuperado com o objetivo de ser instalado um aquário virtual no Monte da Guia: o inicial ou outro?

2 - Quais as diferenças entre o que está a ser implementado e o que foi projetado e prometido, em 2007, aos Faialenses?

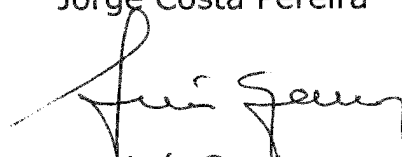
- 3 - Qual a data prevista para a inauguração deste investimento que já foi prometido para o verão de 2008?
- 4 - Solicita-se informação discriminada sobre os novos conteúdos tecnológicos escolhidos e diferenças que apresentam em termos funcionais e de custos por comparação com as opções iniciais.
- 5 - Solicita-se informação discriminada das obras realizadas até ao momento e respetivos custos também discriminados nas diversas componentes do projeto genericamente designado por "Monte da Guia".
- 6 - Solicita-se informação discriminada das obras e aquisições ainda por realizar, sua calendarização e custos previsíveis.
- 7 - Quais os fins a dar a todos os edifícios e espaços recuperados no projeto "Monte da Guia"? Já estão a decorrer eventuais processos concursais para a utilização dos mesmos?
- 8 - Mantem o Governo a intenção anunciada em 2007, aquando do lançamento da primeira pedra deste investimento, de também instalar na Baía de Porto Pim um aquário de água salgada? Para quando?

Horta, 29 de Abril de 2013

Os Deputados



Jorge Costa Pereira



Luís Garcia

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES	
ARQUIVO	
Entrada	1334 Proc. n.º 54.03.07
Data:	013/04/29 N.º 96/X